

Enfrentando os limites do crescimento

Ademar Ribeiro Romeiro¹

¹Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, São Paulo, Brasil. E-mail: ademar@eco.unicamp.br

Recebido em 22.11.2012

Aceito em 15.12.2012

RESENHA

LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (Orgs.) *Enfrentando os limites do Crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. 444 p. ISBN 978-85-7617-256-7.

Uma curta resenha de uma coletânea de 24 contribuições representa um desafio. Um caminho para dar ao leitor uma ideia de seu conteúdo é buscar situa-lo no debate para o qual esta coletânea contribui. A natureza deste debate adquiriu os seus contornos básicos há 40 anos atrás, quando ocorreram dois eventos emblemáticos: (i) a primeira conferência internacional sobre meio ambiente, em Estocolmo, em 1972, organizada pela Organização das Nações Unidas, e (ii) a publicação da obra *Limites ao Crescimento*, pelo Clube de Roma. Nesse momento, afirmam-se como os “zeristas” os precursores dos que defendem o “Estado Estacionário” ou o “decrescimento”, no debate que os opôs aos “desenvolvimentistas”, estes últimos devidamente apoiados pelo “mainstream” da teoria econômica, que considerava desenvolvimento econômico como sinônimo de crescimento econômico.

O conceito de desenvolvimento sustentável surge neste momento, ainda com o nome de “ecodesenvolvimento”, fruto de um esforço para encontrar uma terceira via que resolvesse o impasse inevitável do confronto entre zeristas e desenvolvimentistas. Trata-se de um conceito normativo que postula ser possível manter o crescimento econômico com a redução da desigualdade e com impactos ambientais aceitáveis. Sob o impacto destes eventos, também ganham impulso críticas ecológicas pioneiras à teoria econômica dominante, como a de N. Georgescu-Roegen. O seu trabalho seminal encontra eco na teoria econômica dominante, como no caso do reconhecimento dos limites termodinâmicos ao aumento da eficiência ecológica pelo prêmio Nobel Robert Solow em sua influente conferência na Sociedade Americana de Economia, publicada em 1974.

Uma curta resenha de uma coletânea de 24 contribuições representa um desafio. Um caminho para dar ao leitor uma ideia de seu conteúdo é buscar situa-lo no debate para o qual esta coletânea contribui. A natureza deste debate adquiriu os seus contornos básicos há 40 anos atrás, quando ocorreram dois eventos emblemáticos: (i) a primeira conferência internacional sobre meio ambiente, em Estocolmo, em 1972, organizada pela Organização das Nações Unidas, e (ii) a publicação da obra *Limites ao Crescimento*, pelo Clube de Roma. Nesse momento, afirmam-se como os “zeristas” os precursores dos que defendem o “Estado Estacionário” ou o “decrecimento”, no debate que os opôs aos “desenvolvimentistas”, estes últimos devidamente apoiados pelo “mainstream” da teoria econômica, que considerava desenvolvimento econômico como sinônimo de crescimento econômico.

O conceito de desenvolvimento sustentável surge neste momento, ainda com o nome de “ecodesenvolvimento”, fruto de um esforço para encontrar uma terceira via que resolvesse o impasse inevitável do confronto entre zeristas e desenvolvimentistas. Trata-se de um conceito normativo que postula ser possível manter o crescimento econômico com a redução da desigualdade e com impactos ambientais aceitáveis. Sob o impacto destes eventos, também ganham impulso críticas ecológicas pioneiras à teoria econômica dominante, como a de N. Georgescu-Roegen. O seu trabalho seminal encontra eco na teoria econômica dominante, como no caso do reconhecimento dos limites termodinâmicos ao aumento da eficiência ecológica pelo prêmio Nobel Robert Solow em sua influente conferência na Sociedade Americana de Economia, publicada em 1974.

Começa a ficar claro também o que pode representar a problemática ambiental dos limites ao crescimento econômico como elemento de crítica a um sistema cuja essência é definida pela acumulação sem limites de capital. Essa discussão envolve também o debate sobre a pobreza prevaiente da maioria dos países, o fenômeno da subdesenvolvimento. Até então, as divergências neste debate se concentravam sobre as causas da ausência de e/ou sobre o baixo crescimento: se principalmente endógenas, decorrentes das especificidades político-institucionais e culturais locais, ou se principalmente exógenas decorrentes de assimetrias de poder nas relações internacionais entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. Desse modo, se o crescimento tem limites ambientais, a possibilidade de redução das desigualdades entre países passa a ser vista de uma ótica nova, como um jogo de soma zero no qual o nivelamento entre os países ricos e pobres implicaria forçosamente não apenas o crescimento relativo maior dos últimos, como também a redução do crescimento dos primeiros.

A partir deste quadro, o debate evoluiu e se diversificou, mas continuou girando em torno de alguns temas básicos presentes desde esta época e que se sobrepõem: 1) o tratamento teórico desta problemática pela economia ambiental (neoclássica) e a crítica às suas inconsistências, notadamente pela corrente chamada economia ecológica; 2) o debate sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e as suas definições, recentemente renovado com a discussão sobre “economia verde”; 3) a possibilidade de construção de uma macroeconomia ambiental

que dê suporte a políticas de estabilização do crescimento econômico (ou mesmo decrescimento) sem maiores distúrbios socioeconômicos; 4) a questão da suposta incompatibilidade do sistema capitalista com a necessidade de estabelecer limites ao crescimento econômico e as suas implicações sócio-políticas.

Em relação a este último tema existem duas correntes que têm em comum a visão de que a questão ambiental, tanto ou mais que a questão da exploração do trabalho, é um poderoso fator de mudança no sistema capitalista, mas que divergem quanto à forma e ao sentido final deste processo inevitável de mudança. Trata-se de saber se a questão ambiental é um fator de mudanças reformistas capazes de mudar o que for necessário ou um fator de ruptura revolucionária. Para a primeira, a agenda de pesquisa prioritária é a construção de uma macroeconomia ambiental que se considera capaz de promover as necessárias mudanças em direção ao crescimento zero, sem causar crises, tendo em foco em especial a questão do nível de emprego. Para a segunda, a reflexão mais importante gira em torno do processo de transição para sociedades não capitalistas.

Dentro desta última, por sua, existem duas tendências: aquela para a qual o enfrentamento bem sucedido do desafio ambiental passará inevitavelmente pelo (eco) socialismo, embora “não burocrático”, ficando aberta a possibilidade (ou necessidade) de mudanças revolucionárias; e aquela que considera que o processo de mudança pode e deve ser mais acelerado (mais revolucionário e menos reformista), em função da urgência de mudança para se evitar a catástrofe frente aos bloqueios inerentes ao sistema, mas que se abstém de nomear como socialista o sistema que resultará deste processo de substituição do sistema capitalista. As crises cíclicas do sistema, como a atual, ao explicitar o entrelaçamento entre as crises ambiental e social, poderiam ser catalizadoras de um processo revolucionário de mudança.

Estas duas tendências geraram um largo leque de especulações sobre o processo de transição, bem como sobre o perfil básico da organização e modo de vida de sociedades sustentáveis. Há também um esforço para compreender a natureza das “sociedades de crescimento” e das sociedades alternativas através do recurso a categorias de análise não marxistas ou que pelo menos não teriam sido pensadas por Marx, em contraste com o esforço pelos eco-socialistas de releitura de Marx, num processo de exegese em busca de elementos analíticos que permitam ancorar a crítica (eco) socialista em seus textos fundadores.

As 24 contribuições da obra incluem as de autores que são líderes de correntes em debate, como Serge Latouche e Joan Martinez-Alliez. Todas são contribuições de autores críticos do conceito de desenvolvimento sustentável e das abordagens do “mainstream” teórico, variando em termos de profundidade e rigor analítico. A maioria se enquadra no quarto tema citado acima, principalmente em sua segunda corrente. Num polo do espectro ideológico, pode-se colocar as contribuições eco-socialistas mais “ortodoxas” de Michael Löwy e François Chesnais; em outro, cabem as contribuições heterodoxas de Igor S. De Carvalho e Santiago Vilanova.

Um pequeno grupo – Clovis Cavalcanti, Maria Amélia Enríquez/Gisella C. Gomes e Andrei Cechin - contribui com clarificações da perspectiva econômico-ecológica sobre a definição de limites termodinâmicos ao crescimento econômico (escala) e o problema da justiça distributiva intra e inter-geracional no acesso a bens e serviços ambientais. São notáveis também as contribuições de José Eli da Veiga/Liz-Rejane Issberner sobre macroeconomia ambiental e a de Philippe Léna, que propõe uma análise do debate numa perspectiva histórica.

Por fim, cabe dizer que se trata de uma coletânea representativa do debate atual sobre os limites ambientais ao crescimento econômico e os seus desdobramentos político-sociais e mesmo civilizacionais.

